



Sumário

Agradecimentos	11
Apresentação	13
Prefácio	17
Nota do autor à 2 ^a edição	21
Nota do autor à 3 ^a edição	23
Introdução	29
1. Dilemas contemporâneos acerca da desproporcionalidade das leis penais e suas influências no cenário nacional	35
1.1. As transformações do Direito Penal brasileiro decorrentes do contexto pós-moderno	35
1.2. A pós-modernidade como paradigma	38
1.3. Base epistemológica: a opacidade das ciências sociais clássicas	41
1.4. Base político-econômica: esvaziamento da soberania estatal pela globalização	56
1.4.1.1. A tutela penal dos direitos humanos	62
1.4.1.2. O discurso hegemônico da insegurança social	66
1.4.1.3. A tutela penal de interesses econômicos	74
1.5. Base sociológica: sociedade do risco e Direito Penal	79



2. Manifestações de desproporcionalidades das leis penais brasileiras	93
2.1. A hipertrofia como marca da desproporcionalidade penal: a primazia da emergência e seus efeitos meramente simbólicos	93
2.2. Modalidades de desproporcionalidades da tutela penal	102
2.2.1.1. Inadequação da tutela penal de moralidades	113
2.2.1.2. Inadequação e tutela penal de interesses abstratos ..	119
2.2.2.1. Tutela desnecessária e tipos de perigo abstrato	133
2.2.2.1.1. Crimes de ação concretamente perigosa	137
2.2.2.1.2. Crimes de acumulação	141
2.2.2.1.3. Delitos preparatórios	146
2.2.3.1. Desproporcionalidades estritas e natureza de bens jurídicos	163
2.2.3.2. Desproporcionalidades estritas e desvalores abstratos das condutas	167
2.2.3.3. Desproporcionalidades estritas e desvalores abstratos dos resultados	170
3. Parâmetros para a aferição da proporcionalidade de tipos penais...	175
3.1. Considerações acerca de uma necessária aproximação entre Direito Penal e Constituição	175
3.2. Princípio da proporcionalidade	185
3.3. Princípio da razoabilidade	193
3.4. Questões acerca do rendimento da proporcionalidade como critério limitador da intervenção penal	202
3.5. Algumas propostas de concretização dos elementos da proporcionalidade no âmbito penal	208
3.6. A concretização dos elementos da proporcionalidade em matéria penal por meio de sua integração à ideia subjacente aos <i>standards</i> constitucionais	218



4. Uma teoria da proporcionalidade legislativa penal: critérios densificadores para o conceito material de crimes e proporcionalidade das penas	223
4.1. Proporcionalidade e legislação penal: uma utopia?	223
4.2. Adequação	238
4.2.2.1. Critério democrático-constitucionalista	246
4.2.2.2. Subsidiariedade penal simples	249
4.3. Necessidade	252
4.3.2.1. Possibilidades não-fabricadas de dano.....	262
4.3.2.2. Subsidiariedade penal qualificada	265
4.4. Proporcionalidade em sentido estrito	267
4.4.1.1. Dimensão vertical sob escrutínio de mera racionalidade	272
4.4.1.2. Dimensão horizontal sob escrutínio estrito	276
Conclusões.....	281
Referências bibliográficas.....	289